

O SELF PRIMÁRIO E SUAS REPERCUSSÕES NA PSICOTERAPIA INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DE FORDHAM À PSICOLOGIA ANALÍTICA¹

Ana Maria Vieira Monteiro²

Paulo Ferreira Bonfatti³

RESUMO:

Para Carl Gustav Jung, a psique de crianças pequenas permaneceu, em grande medida, como uma extensão do universo inconsciente dos pais. Apenas quando sua teoria se mostrou suficientemente madura e abrangente para compreender os fenômenos advindos de uma análise de pacientes adultos é que Jung se voltou para a infância. Não que essa lhe parecesse menos importante, mesmo porque a sua própria lhe concedeu as questões para as quais buscou as respostas durante toda sua vida. No entanto, faltava integrar a teoria dos arquétipos à psique infantil, sendo, para tanto, necessário repensar o conceito de *self*. Jung não chegou a concluir essa tarefa, e foi justamente essa ampliação da teoria que o analista junguiano, Michael Fordham, empreendeu. Ele formulou um modelo de apreensão do mundo pela psique que inclui um *self primário*, ou seja, conteúdos inconscientes da criança que a tornariam diferenciada dos pais desde a sua concepção. Desse modo, as seções seguintes deste artigo buscam reconstruir, através de uma revisão narrativa exploratória, a racionalidade por detrás desse modelo. Por fim, são trazidas as repercussões práticas do trabalho de Fordham aplicadas em sua própria clínica com crianças, tendo-se como principal referencial teórico a obra do mesmo autor, **A criança como indivíduo** (2006).

Palavras-chave: Clínica infantil. Psicologia analítica. Fordham. Arquétipos. Self primário.

THE PRIMARY SELF AND ITS REPERCUSSIONS ON CHILD PSYCHOTHERAPY: FORDHAM'S CONTRIBUTIONS TO ANALYTICAL PSYCHOLOGY

ABSTRACT:

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa Práticas Clínicas. Recebido em 26/10/2021 e aprovado, após reformulações, em 26/11/2021.

² Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: anamvmonteiro@gmail.com

³ Doutor em Psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: paulobonfatti@hotmail.com

For Carl Gustav Jung, the psyche of young children largely remained an extension of her parent's unconscious universe. Only when his theory proved sufficiently mature and comprehensive to understand the phenomena which arises from an analysis of adult patients did Jung turn to childhood. Not that the childhood itself seemed less important to Jung, even because his own gave him the questions to which he sought answers throughout his life. However, it was lacking the integration of the theory of archetypes into the child psyche, and for that, it was necessary to rethink the concept of *self*. Jung did not complete this task, and it was precisely this expansion of the theory that the Jungian analyst, Michael Fordham, undertook. He formulated a model of apprehension of the world by the psyche that includes a *primary self*, that is, the child's unconscious contents who would make her differentiated from her parents since conception. Thus, the following sections of this article aim to reconstruct, through an exploratory narrative review, the rationale behind this model. Finally, the practical repercussions of Fordham's work, applied in his own clinic with children, are brought up. This last section has as the main theoretical reference the work of the same author, **The child as an individual** (2006).

Keywords: Child clinic. Analytical Psychology. Fordham. Archetypes. Primary self.

1 INTRODUÇÃO

Jung não se deteve na temática do desenvolvimento infantil para além do reconhecimento, com ressalvas, da teoria de Freud sobre a origem das neuroses⁴. Ainda assim, Jung não se interessou, em sua prática analítica, pela regressão dos analisandos ao estágio infantil de suas vivências como parte da elaboração de conflitos psíquicos. De fato, Jung chegou a criticar publicamente a ênfase de Freud na sexualidade infantil em uma das palestras que proferiu na Universidade Fordham, nos Estados Unidos (JUNG, 2012), embora essa reserva quanto ao pilar da teoria freudiana tenha surgido muito antes, quando Jung ainda nem havia se encontrado com Freud (JUNG, 1977) e em publicação cujo posicionamento é claro:

⁴ As raízes da libido sexual, para Jung, teriam origem no que a teoria freudiana descreveu com os estágios psicosssexuais do desenvolvimento, sendo as zonas erógenas organizadas cronologicamente: oral, anal, uretral, fática e genital.

Se admito, por exemplo, os mecanismos complexos dos sonhos e da histeria, não significa, de forma alguma, que atribuo ao trauma sexual da juventude uma significação exclusiva, como Freud parece fazer; muito menos que eu coloque a sexualidade em primeiro plano, acima de tudo, ou lhe confira universalidade psicológica que, como parece, é postulada por Freud, pela impressão do papel poderoso que a sexualidade desempenha na psique. (JUNG, 2013, p.12).

Dessa forma, Jung viu na sexualidade infantil apenas um dos estágios da libido em direção à preservação da espécie, ou seja, à medida que o ser humano se desenvolve, a importância dada à sexualidade também tende a crescer em importância até atingir um ápice. Ademais, o próprio termo *libido*, segundo essa perspectiva, deveria se referir não só ao contexto sexual, como o colocou Freud, mas à energia delegada e dispensada a um desejo qualquer ou, nas palavras de Jung (2002, p. 13), à “energia vital”.

Após seu desenlace da psicanálise, marcado em grande parte por essa publicização de ideias contrárias às de Freud e seguida da publicação de **Símbolos da Transformação** (1999), Jung desenvolveu uma teoria que fosse ampla o suficiente para identificar as bases da personalidade humana em qualquer estágio da vida, em estruturas profundas e de aspecto coletivo, os *arquétipos*. No entanto, foi justamente pela via do entendimento de que aspectos da personalidade poderiam ser arquetípicos, isto é, comuns à espécie humana, que as duas correntes, psicanálise e psicologia analítica, iriam se cruzar, a despeito da separação teórica e afetiva de seus fundadores.

Coube à psicanalista Melanie Klein estabelecer essa ponte (SOLOMON, 2011), ainda que indiretamente, isto é, sem a menção ao arcabouço da teoria junguiana. Parte da obra de Klein⁵ se dedica aos fenômenos da psicologia infantil ancorados nas experiências corporais que buscam a sobrevivência (KLEIN; HEIMANN; ISAACS; RIVIERE, 2018), o que se aproxima substancialmente da ideia junguiana sobre as imagens arquetípicas⁶ refletirem as experiências

⁵ Diferentemente de Freud, além da importância admitida às pulsões, Melanie Klein enfatizou os padrões de comportamento da relação mãe-bebê enquanto formadores da personalidade (SEGAL, 1977).

⁶ Faz-se importante diferenciar o termo *arquétipo* de *imagem arquetípica*. Enquanto no primeiro, como mencionado anteriormente, trata-se de uma estrutura puramente abstrata, no **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 6, p. 423-443, jul./dez. 2021 – ISSN 2674-9483**

instintivas da espécie humana. Michael Fordham, da escola pós-junguiana, fundamentou essa convergência situando-a em um escopo maior da teoria de Klein, a da relação de objetos. O que o vocabulário da teoria kleiniana chama de *seio bom*, *seio mal* (SEGAL, 1977), por exemplo, Jung havia identificado no arquétipo da *Grande Mãe*, com sua característica ambivalente. Aquela que é disponível e indisponível, nutre e devora, fornece o ambiente inicial que pode ou não satisfazer as necessidades instintivas e afetivas da criança (SOLOMON, 2011).

Além de Klein, Fordham (2006) encontrou ressonâncias do conceito de arquétipos, enquanto estruturas-base do comportamento, na obra de outros nomes da psicologia infantil que despontaram na segunda metade do século XX. Alguns deles foram René Spitz (2013)⁷, com a ideia de organizadores psíquicos, isto é, a satisfação de necessidades afetivas, desenvolvida em seu estudo de bebês ao longo do primeiro ano de vida, e Jean Piaget (1982), cuja teoria diz respeito a esquemas inatos de estágios do desenvolvimento cognitivo sustentados pela troca ambiental. Fordham (2006, p. 84) postulou ainda que, na primeira infância, as imagens arquetípicas “[...] são quase sempre distintas das encontradas na infância, na adolescência e na meia-idade, período do qual Jung recolheu a maior parte de seus dados clínicos e no qual baseou sua teoria”. Isso porque, segundo o autor, na primeira infância, comportamento e imagens arquetípicas não podem ser diferenciados, uma vez que essas se manifestam na linguagem corporal.

Anteriormente às perspectivas apontadas por esses autores, o ego⁸ infantil era visto separadamente da noção de *self* (ou si-mesmo), um dos

segundo se tem a ideia de imagens como manifestações dessa estrutura e que, no entanto, não são homogêneas. Assim, o mesmo arquétipo pode se dar a ver, na cultura, de diferentes formas. Na personalidade, as imagens arquetípicas seriam, individualmente, comportamentos manifestos, sonhos e pensamentos que orbitariam uma temática (SOLOMON, 2011).

⁷ Assim como Klein, Spitz foi um teórico das relações objetais (SANTOS *et al.*, 1991) e nessa obra o autor se dedica especialmente aos efeitos da privação afetiva em bebês institucionalizados.

⁸ Jung definiu o ego enquanto centro da consciência, com a limitação de não representar a personalidade por inteiro, pois essa incluiria os elementos inconscientes que só o self poderia articular com sua característica holística (SAMUELS, 1988).

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 6, p. 423-443, jul./dez. 2021 – ISSN 2674-9483

arquétipos cujo estudo Jung intensificou com o amadurecimento de sua teoria. No entanto, em toda a obra de Jung, o self permaneceu não diferenciado em estágios do desenvolvimento, e sim, como um conceito aplicado à análise de pacientes adultos, o arquétipo que unifica o inconsciente e o consciente através da *individuação* (SOLOMON, 2011). Este, conceito caro à teoria junguiana, se refere ao processo gradativo e constante da realização do self ao longo da vida, e integra aspectos conscientes e inconscientes da personalidade, tanto no âmbito individual quanto no coletivo (SAMUELS, 1989). Portanto, e dentre outras coisas, além da correlação entre teorias psicanalíticas e a junguiana, Fordham se propôs a descrever um self primário, responsável pela integração das primeiras experiências psicossomáticas do bebê. Nesse modelo, “[...] o self se desintegra ao contato com o ambiente e como depois reintegra a experiência pelo sono, a reflexão e outras formas de digestão mental, a fim de desenvolver-se e crescer” (SOLOMON, 2011, p. 211). É nessa continuação teórica a respeito do self que este artigo se debruça para apontar a quais caminhos esse pensamento levou a abordagem pós-junguiana na clínica infantil.

Nas próximas seções serão tratados em maior profundidade, ainda que de forma a não os esgotar, os conceitos de self, tal como proposto por Jung, e o modelo de Fordham, elaborado em 1957, para a definição desse mesmo arquétipo no âmbito da análise infantil. Em seguida, será feita uma sucinta abordagem de como as técnicas de acesso ao conteúdo inconsciente da psicologia analítica dão a ver algumas das postulações desse modelo.

2 A TEORIA DOS ARQUÉTIPOS

Um dos pontos importantes de discordância entre a psicanálise e a psicologia analítica é a postulação, dessa última, de que haveria um inconsciente *a priori*, produto coletivo da existência de milhares de anos da espécie humana. Se, para Freud, o inconsciente é um depositário de memórias e afetos recalçados da vida dos indivíduos, para Jung é o inconsciente que detém a

história de toda humanidade, ainda que uma camada superficial do inconsciente⁹ seja dedicada à vivência pessoal e detentora dos *complexos afetivos*, frutos de experiências detentoras de grande carga emocional. Outra distinção entre a psicanálise e a psicologia analítica, nesse sentido, é a afirmação de Jung de que seriam as manifestações dos arquétipos, e não os sonhos, a fonte de acesso primordial ao inconsciente (JACOBI, 1995).

Esses complexos são assim chamados por conotarem uma espécie de agrupamento dessas experiências em temas, ou categorias, comuns aos indivíduos. Desse modo, haveria o complexo da maternidade, paternidade, inferioridade etc. A recorrência desses complexos sugeriu a Jung a existência de arquétipos, estruturas abstratas de categorização de conteúdos psíquicos, comuns à humanidade e preexistentes à experiência, ou seja, são potências que se concretizam de modo particular de acordo com a cultura e a vivência de cada indivíduo. Ou, nas palavras do próprio Jung (1991, p. 357), os arquétipos seriam “[...] uma fórmula simbólica que entra em função sempre que não existam ainda conceitos conscientes, ou que, por razões internas ou externas, sejam elas de todo impossíveis”. Portanto, os arquétipos pertencem ao *inconsciente coletivo*, que além de abrigá-los, seria a instância dos instintos (STEIN, 2006). Ainda que não se tenha uma definição descritiva a respeito do arquétipo, tem-se que seus efeitos, os comportamentos humanos, são a única via pela qual se pode reconhecê-los (JACOBI, 1995). Sendo uma estrutura de base, os complexos se ligam aos arquétipos através do afeto. Quanto mais intensa e perturbadora é a experiência individual em torno de um complexo, mais próxima essa experiência está do arquétipo¹⁰.

⁹ Ainda nesse âmbito do inconsciente pessoal, Nise da Silveira (1981) colocou, a partir da leitura da obra de Jung, então seu contemporâneo, percepções e impressões sem uma carga afetiva suficiente para que cheguem à consciência, bem como memórias de eventos que, tal como na teoria freudiana, seriam penosas demais para serem lembradas. No entanto, ainda assim conseguiriam se manifestar na forma de transtornos psíquicos ou somáticos.

¹⁰ Especialmente no caso das psicoses, os complexos podem ser de tamanha intensidade que imagens arquetípicas se materializam, por exemplo, através da arte. Ilustrativo disso é a história de Adelina Gomes, enquanto paciente do Centro Psiquiátrico Pedro II, no Rio de Janeiro, cujo ateliê de artes plásticas foi fundado por Nise da Silveira. No documentário **No CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 6, p. 423-443, jul./dez. 2021 – ISSN 2674-9483**

O significado dessas formulações, para uma teoria da personalidade, diz respeito menos a uma importância da divisão psicanalítica entre neuróticos e psicóticos, e suas respectivas subcategorizações, do que a identificação de certos padrões de comportamento ao longo da civilização, que se atualizam constantemente dentro de uma vivência neurótica ou psicótica. Segundo Bonfatti *et al.* (2018), nessas vivências individuais se manifestam imagens, as quais Jung nomeou como imagens arquetípicas. Essas teriam a “[...] função de agrupar os elementos psíquicos próprios de cada pessoa e enviar à consciência algo como uma mensagem proveniente do inconsciente” (BONFATTI *et al.*, p. 544). São essas imagens que chegam ao contexto clínico, e ao longo dos anos de observação empírica de pacientes e de sua própria, e de estudo de mitos, religiões e da literatura, Jung identificou alguns desses padrões, ou tipos, da espécie humana representados pelos arquétipos. No entanto, os arquétipos mais estudados por ele foram o da *persona*, representando os papéis que a pessoa assume quando está em face do outro; a *sombra*, os aspectos da nossa personalidade que nos ficam ocultos, geralmente por serem difíceis de se admitir; a *anima*, arquétipo dos aspectos femininos de uma consciência masculina; o *animus*, arquétipo das características masculinas que se manifestam em uma consciência feminina. Acerca desses dois últimos, pode-se pensar em termos que representariam uma personalidade interna, ao contrário da *persona*.

Geralmente na atitude externa do homem predominam ou são consideradas ideais a lógica e a objetividade, nas mulheres predomina o sentimento. Na alma, porém, a situação se inverte: o homem sente e a mulher delibera. Por isso, o homem desespera mais facilmente, ao passo que a mulher ainda consegue consolar e ter esperança; por isso, há mais suicídios entre os homens do que entre as mulheres. Assim como a mulher pode ser muitas vezes vítima das circunstâncias sociais, por exemplo, da prostituição, o homem é vítima dos impulsos do inconsciente, do alcoolismo e outros vícios. (JUNG, 1991, p. 429-430).

Reino das Mães (1986), a narrativa gira em torno dos sucessivos quadros de cuja expressão de um complexo materno que revela motivos expressos em mitos da Antiguidade.

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 6, p. 423-443, jul./dez. 2021 – ISSN 2674-9483

A respeito do *self*, que figura dentre os arquétipos mais sinalizados na obra junguiana, aprofunda-se mais na seção seguinte. Ela tem por objetivo introduzir o conceito de *self*, ainda que resumidamente, para que se possa compreender de que maneira Fordham (2006) o reformulou de modo a acomodar na psicologia analítica a possibilidade da psicoterapia infantil.

2.1 O SELF

O termo provém do alemão *Selbst*, e é usado nas obras traduzidas para o português como o vocábulo de língua inglesa, *self*, ou si-mesmo. Em 1921, quando a definição surgiu em separado do conceito de *Eu*, em sua obra **Tipos Psicológicos** (1991), Jung o colocou em relação à libido que se volta para a introspecção. Nos exemplos que forneceu, a filosofia e as religiões orientais foram citadas como o tipo de direcionamento que requer o autoconhecimento. Para o que se pretende com este artigo, julgou-se necessárias explicações mais pontuais (ou mesmo didáticas) do termo para que haja uma melhor compreensão do que Fordham postulou em seu modelo sobre o *self* primário, posto adiante. Assim, buscou-se em Pieri (2002) extrair um compilado dentre os vários verbetes do autor para terminologias com o *self*.

Em resumo, poder-se-ia, então, denotar o termo como uma totalidade de conteúdos psíquicos vividos por um indivíduo, acessíveis à consciência, e sua contrapartida inconsciente desses mesmos fenômenos e outros, extravivenciais, mas da dimensão coletiva da espécie humana. A integração dessas duas porções, consciência e inconsciente, torna-se a meta do processo psíquico, o qual se estabelece ainda no pré-nascimento. “No plano psicodinâmico, tal noção indica a passagem da fragmentação das partes da psique a um todo completo. E isso porque a ‘cura’ psíquica entende-se como a transformação das partes do homem *para* um todo unido e completo” (PIERI, p. 465, grifo do autor). Em relação a esse último trecho, já dissera Jung (2008a) que quanto maior e mais significativa essa assimilação pelo *Eu*, mais próximo se chega ao si-mesmo.

As dificuldades inerentes à definição de algo que desse conta de tamanha grandeza psíquica não ficaram ocultas na obra de Jung, que por vezes afirmou não ter tido a presunção de esgotar o termo em uma análise ou definição filosófica. Qualquer menção ao conceito de self conteria em si a noção de infinitude e verdade puramente empírica (BONFATTI, 2007).

3 O LUGAR DO INCONSCIENTE INFANTIL NA PSICOLOGIA ANALÍTICA

Conforme já mencionado, Jung não se deteve na infância enquanto parte significativa de sua teoria. Uma contrapartida a essa exclusão pode ser observada na importância que teve a criança que Jung fora para as questões mais importantes e que o inquietaram durante toda a vida. Em **Memórias, sonhos, reflexões** (2016), livro autobiográfico, Jung relata um sonho que teve aos três anos e que lhe foi enigmático por décadas. Nele, Jung desce até as profundezas e se vê diante de um falo sentado em um trono, quando sua mãe intervém dizendo ser aquele o devorador de homens. Nesse mesmo livro, Jung analisa cada símbolo do sonho, voltando-se para o significado arquetípico e religioso do falo, aquele que representa a vida e a libido e sustentou que o falo era adorado em toda parte nas culturas antigas. Esse sonho se tornou para Jung, segundo sua própria avaliação, o ponto de partida de uma jornada rumo ao inconsciente e um precursor de sua hipótese de que traços antigos de simbolismo cultural e religioso podem ser compartilhados entre as populações como um tipo de conhecimento da espécie, exemplificando sua noção do inconsciente coletivo. Ademais, filho de um pastor protestante, Jung teve acesso, desde pequeno, a uma biblioteca com obras da teologia e filosofia, onde buscava respostas acerca de Deus e outros mistérios (JUNG, 2016).

Dessa mesma obra, pode-se inferir que esse e outros relatos de sua infância ganham significado a partir do momento que são memórias próprias, ou seja, assume-se, com isso, que quando Jung experienciou esses acontecimentos ele já possuía uma noção de si mesmo. Sobre a criança anterior

a essa fase, o bebê, a teoria junguiana não se deteve empiricamente, e sua formulação conceitual pode ser resumida na seguinte passagem:

[...] as crianças estão no inconsciente coletivo até adquirirem uma pequena porção consciente de sua personalidade, até eles dizerem “Eu”, ou “mim”, ou seus nomes próprios. Elas estão enraizadas no inconsciente coletivo e são desenraizadas dele pela inundação de impressões do exterior. Elas sabem de tudo, mas perdem memória disso¹¹. (JENSEN; MULLEN, p. 65, 1982, tradução nossa).

As crianças, na visão de Jung, emergem desse inconsciente coletivo ainda tendo uma conexão com ele durante os primeiros anos de vida, um fenômeno que pode ser visto em certos sonhos arquetípicos de crianças pequenas. Quando essas crianças conseguem relatá-los, geralmente são de natureza aterrorizante (JUNG, 2008b).

Jung também postulou que na primeira infância as crianças estão em um estado de unidade psicológica indiferenciada com o inconsciente de seus genitores. Quando era consultado por adultos com queixas sobre seus filhos pequenos, Jung sugeria a análise dos pais (MATHIAS, 2012). Pode-se dizer ainda que vários ritos de passagem são necessários para que a diferenciação aconteça em etapas simbólicas de morte e vida (ALVARENGA, 2014), em que o ego, pouco a pouco, se constitui. Em certos povos, especialmente entre os indígenas, essas etapas são simbolizadas por rituais de passagem bem estabelecidos, onde uma fase da vida é encerrada para que outra recomece. Por exemplo, a passagem de menino para homem, menina para mulher, a chegada da primavera etc. Mesmo na sociedade contemporânea, podem ser identificados rituais de passagem com padrões mais ou menos uniformes, como a cerimônia de casamento, em que se inauguram novos papéis sociais tanto para o casal quanto para suas famílias (PITHON, 2010).

¹¹ Tradução livre de: *Children are in the collective unconscious until they acquire a small consciousness of their personality, until they say “I”, or “me”, or their name. They are rooted in the collective unconscious and are uprooted from it by the flood of impressions from the outside. They know everything, but they lose the memory of it.*

Em sua autobiografia, Jung (2016, p. 62, grifos do autor) descreve um episódio de sua adolescência, quando tinha por volta de doze anos, em que ele emerge de uma densa neblina com a sensação de ter se tornado sua própria pessoa, pela primeira vez: “Antes eu estivera lá, mas tudo se produzia passivamente; dali em diante, eu o sabia: agora eu sou *eu*. Agora *eu* existo.” Esse momento, tido por Jung como significativo, em que ele emerge de uma condição passiva, à *mercê* do inconsciente¹², encontra ressonância na sua ênfase no desenvolvimento de uma teoria que tem como foco a consciência do ser enquanto indivíduo detentor de seu próprio destino.

Algun leitor talvez deseje saber por que começo com a segunda etapa da vida humana, como se a do estágio infantil fosse um estado sem problemas. Normalmente, a criança ainda não tem nenhum problema pessoal, mas sua complexa psique constitui um problema de primeira grandeza para seus pais, educadores e médicos. Só o ser humano adulto é que pode ter dúvidas a seu próprio respeito e discordar de si mesmo. (JUNG, 2000, p. 173).

Entretanto, mesmo na análise de pacientes adultos, de acordo com Jung, pode haver momentos em que o analista identifica o desejo do analisando em permanecer no estágio do inconsciente infantil, “[...] ou, quando muito, consciente apenas do seu ego; quer rejeitar tudo o que lhe é estranho, ou então sujeitá-lo à sua própria vontade; não quer fazer nada, ou no máximo satisfazer sua ânsia de prazer ou de domínio” (JUNG, 2000, p. 173).

É nesse conflito que se dá a ver o self enquanto integrador dos conflitos conscientes e inconscientes. Em outras palavras, é a partir da manifestação do self que os conteúdos inconscientes, que na primeira infância dominam a psique dos seres humanos, segundo a visão junguiana, começam a ser incorporados, ainda que apenas parcialmente acessados e compreendidos. Assim, gradualmente e se realçando na segunda metade da vida, o indivíduo passa a almejar um conjunto diferente e frequentemente compensatório de valores,

¹² Foi nessa época que Jung relata ter sido acometido de uma neurose que lhe rendeu alguns episódios de síncope quando tinha que se dedicar aos estudos. A passagem também está descrita em **Memórias, sonhos, reflexões** (2016).

objetivos, necessidades e prioridades daqueles da primeira metade da vida. Se essa, por exemplo, priorizou as relações sociais, objetivos profissionais e autocentrados, a segunda metade da vida irá se concentrar nas relações familiares, aspirações espirituais e valores mais altruístas (JUNG, 2000).

Como é colocado por Fordham (2006), é provável que Jung tenha deixado a análise da infância em segundo plano até que sua teoria fizesse sentido e fosse reconhecida enquanto um referencial para a análise da vida adulta. No entanto, como colocou o autor: “[...] sempre foi óbvio que, a menos que o conceito de arquétipo pudesse ser aplicado à infância, sua teoria era vulnerável a críticas prejudiciais” (FORDHAM, 2006, p. 16). Com o intuito de preencher essa lacuna da teoria, tem-se a seguir um esforço da escola desenvolvimentista da psicologia junguiana que surgiu em Londres, tendo Fordham como precursor.

4 O SELF NO INCONSCIENTE INFANTIL: FORDHAM E UM MODELO DE ANÁLISE PARA CRIANÇAS

Michael Fordham, psiquiatra infantil e analista junguiano, foi quem primeiro se dedicou a aplicar conceitos formulados por Jung a uma teoria do desenvolvimento humano que abarcasse a psicologia infantil. Nesse direcionamento, Fordham uniu a corrente psicanalista de Klein à psicologia analítica (VIEIRA, 2003).

Para o que se segue, e devido à limitação do escopo deste artigo, faz-se importante concentrar no conceito de self. Enquanto analista de crianças no período pós Segunda Guerra Mundial, Fordham (2006) se ateu para o fato de que símbolos do self apareciam nos sonhos de crianças pequenas, sugerindo uma psique à parte daquela dos pais. A partir daí, mais especificamente em 1947, Fordham começou a desenvolver um modelo que explicaria os mecanismos pelos quais o self estaria presente mesmo antes de uma formação consistente do ego:

A ideia do *self* apenas como integrador não dá lugar à emergência de sistemas parciais cuja existência é motivada pelas pulsões dinâmicas padronizadas e pelos estímulos ambientais. Esse foi então um motivo importante para a introdução de um modelo mais dinâmico e levou à ideia de que o *self* poderia ser um sistema mais instável do que até então se havia pensado. (FORDHAM, 2006, p. 85-86).

Desse modo, e diferentemente de Jung, Fordham (2006) propôs que os bebês possuem um *self primário*, ou seja, uma unidade psíquica indiferenciada do corpo e que é diretamente influenciada pelo ambiente e cuidadores. Ainda assim, esse *self* representa a singularidade de cada ser humano, já no começo da vida. De acordo com essa visão, a psique do bebê não se funde totalmente à dos pais, mas é em grande medida dependente dela para receber o fomento que precisa para amadurecer e lidar com situações em que o *self primário* se *de-integra*, ou seja, sofre um desequilíbrio, por exemplo, pela própria experiência do nascimento, da fome, da dor etc. Ainda que esse termo não se encontre normatizado na língua portuguesa, entende-se como *de-integração*, a partir da leitura (FORDHAM, 2006), a capacidade do *self* de se fragmentar. Cada parte, então, entra em contato com o ambiente, produzindo o registro e a integração da experiência ao próprio *self*. Essa *de-integração* é diferente, portanto, de *desintegração*, que sugere uma conotação negativa, destrutiva. A avaliação qualitativa dessas experiências vai gerando vários núcleos egóicos ao longo do desenvolvimento. Nessa visão, o ego é formado a partir de várias partes *de-integradas* do *self*, o qual, por ser unitário, as *reintegra* continuamente. A depender de como essas experiências *de-integrativas* se dão¹³, a ansiedade (caracterizada pelo autor de *prototípica*) pode ocupar o papel das experiências *integrativas* do *self*, isto é, o gerenciamento adequado (ou suficientemente bom)¹⁴ de tais desequilíbrios.

¹³ Um exemplo típico, ilustrado por Fordham (2006), é o da amamentação. Assim, quando o bebê se desperta com fome, seu choro faz com que a mãe vá até ele e o alimente. Quando essa dinâmica acontece, o *self* está se *de-integrando* com as variáveis desse momento emocional tão significativo. A *reintegração* após a mamada se faz possível na relativa calma que a criança adquire quando a fome é saciada e um período de sono a acomete.

¹⁴ Termo advindo da teoria de Donald Winnicott, tal como é exposto na coletânea *Bebês e suas mães* (2020), e do qual Fordham era conhecedor.

O desenvolvimento humano requer essa ação contínua de de-integração e reintegração em processos que seriam arquetípicos (um exemplo sucinto disso seriam os próprios estágios do desenvolvimento tais como são geralmente descritos nos manuais de saúde). Nos primeiros meses de vida, os intervalos entre esses dois tipos de experiência costumam ser rápidos. À medida que a criança consegue atingir uma relativa independência dos pais, voltando-se para si mesma, esse período diminui e atinge certa estabilidade. Sendo assim, o ego seria responsável pela própria estruturação da psique enquanto impediria que as manifestações arquetípicas conduzissem todo o processo. Fordham (2006), tendo um profundo diálogo com a psicanálise, identifica algumas fases do desenvolvimento infantil em que os processos integrativos e de-integrativos do self podem ser analisados em conjunto com o papel do ego, como na amamentação, separação-individuação; na crise gerada pelo nascimento de um irmão; e em eventos edipianos. A adolescência marca outro período de transformações abruptas e significativas com a expressão da sexualidade, até que a vida adulta manifeste todos esses períodos. Foi a partir dessa etapa do desenvolvimento que Jung concentrou os seus estudos, tendo em vista o processo de individuação (FORDHAM, 2006).

4.1 CONSEQUÊNCIAS DO MODELO DE FORDHAM PARA O MANEJO CLÍNICO DA PSICOTERAPIA ANALÍTICA INFANTIL

No capítulo A Psicoterapia analítica, do livro **A criança como indivíduo** (2006), Fordham inicia por descrever o objetivo do método analítico, no geral, para depois identificar no atendimento infantil algumas especificidades úteis de serem observadas. Segundo o autor, o objetivo desse método, que tem como ferramentas a escuta e a observação de pacientes, está em descobrir estruturas complexas da psique que lhe causam ansiedade, e desse modo proporcionar alívio do sofrimento ou ao menos sua compreensão. Na identificação de tais estruturas estão o que Fordham, com base no que foi proposto por Jung, chamou de processos sintéticos. Esses dizem respeito à associação de elementos

[CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 6, p. 423-443, jul./dez. 2021 – ISSN 2674-9483](#)

inconscientes e conscientes visando novas combinações no lugar de defesas prejudiciais ao desenvolvimento.

Nesse mesmo capítulo, Fordham elenca algumas situações que estão presentes no contexto da análise infantil e que devem ser levadas em consideração, assim sintetizadas: uma vez que a criança é levada pelos pais ao consultório psicológico, ou seja, sua presença não é espontânea, pode ser que ela não veja de bom grado tal iniciativa; os sintomas elencados pelos pais não coincidem, necessariamente, com a queixa da criança, com a qual ela gostaria de obter ajuda; o terapeuta infantil deve ter a sensibilidade para saber quando os pais também devem ser ajudados, uma vez que o sofrimento infantil está muitas vezes associado à ansiedade desses; a dificuldade de verbalização da criança é uma realidade que impõe certas dificuldades à análise. Contudo, o brincar é uma ferramenta que fornece dados de acesso aos processos inconscientes infantis. A partir dessas considerações, Fordham (2006, p. 144) diz que a tarefa do analista infantil “[...] requer a elaboração de um diagnóstico da família, utilizar técnicas lúdicas e estar permanentemente atento às ocasiões em que os pais precisam de ajuda”.

Sobre o diagnóstico familiar, Fordham (2006) sugere que o primeiro contato durante as entrevistas iniciais seja feito com a criança, e não com os pais, para que o analista possa formar suas próprias impressões sobre seu paciente. É a partir dessas impressões que surgirão questões que só os pais podem esclarecer e que serão solicitadas na entrevista com eles (em conjunto ou separado). Outra questão destacada pelo autor é perceber o grau de transferência que os pais investem na terapia. Especialmente pais que não tenham sido analisados encontram certas dificuldades em entender a função da terapia e o papel do terapeuta. Quanto ao diagnóstico da criança, em si, Fordham (2006, p. 145) postulou que:

Determinar se uma criança é autista, esquizofrênica, retardada mental, histérica, obsessiva ou fóbica, se sofre de um estado de ansiedade ou de um transtorno do comportamento, indica que a situação conflituosa foi incorporada ao *self*. Para compreender sua significação, é necessário conhecer as origens e estrutura do transtorno.

No entanto, como coloca o autor (FORDHAM, 2006), a situação presente também é uma fonte de dados útil para o manejo da situação. Por exemplo, situações traumáticas do passado podem não mais ser operantes no agora, ou mesmo a terapia pode trabalhar os recursos disponibilizados pela criança no enfrentamento de uma situação passível de adaptação. No caso de persistência das condições que propiciaram o surgimento de uma neurose, Fordham entende que o prognóstico da terapia será desfavorável, a menos que se possa intervir direta e explicitamente quanto a isso, indicando tais condições aos pais e à criança. A partir daí, caberá aos pais o autoencaminhamento para suas próprias terapias ou soluções alternativas, ainda que temporárias.

As técnicas lúdicas são apontadas com grande detalhamento por Fordham (2006), desde os detalhes do *setting* terapêutico até as técnicas propriamente ditas que trabalham o brincar. De modo geral, o ambiente físico deve ser propício aos movimentos e a todo o tipo de brincadeira, incluindo aquelas que envolvem certa *destruição* do ambiente, como pinturas na parede e uso de líquidos. Embora não esteja na observação de Fordham, pode-se conjecturar que o caos e a destruição podem ser dados que implicam processos arquetípicos *sombrios* que a criança possa querer e precisar manifestar, ao passo que está em um ambiente seguro. Os brinquedos devem ser guardados após a sessão em um ambiente de acesso somente do terapeuta, resguardando sua posição na relação de transferência.

Sobre brinquedos e sua disponibilidade, Fordham (2006) faz uma observação na contramão do que veio a ser um *setting* terapêutico infantil pós-junguiano. Após ter feito uso de vários brinquedos à disposição das crianças e da caixa de areia, técnica desenvolvida pela analista junguiana Dora Kallf (2003), Fordham chegou à conclusão de que tantas opções lúdicas poderiam confundir a criança ou causar um efeito do tipo estarecimento naquelas cuja situação econômica familiar é desfavorecida. Assim, a libido, segundo Fordham, seria desviada da relação com o terapeuta para o brinquedo ou recurso lúdico. Tendo em vista esse efeito observado por ele na sua prática clínica, o autor resumiu

seus recursos lúdicos para aqueles representativos da realidade direta da criança, como bonecos que constituem uma configuração familiar, animais, veículos, peças para a montagem livre de objetos, material de desenho e pintura.

O que parece ser de fato essencial na clínica infantil que se desenvolveu a partir do modelo de Fordham acerca de um self primário é que a análise deve fornecer condições favoráveis tanto à expressão dos processos arquetípicos quanto dos formadores do ego. Pode-se dizer, ainda, que a ênfase da análise estaria nesses últimos enquanto condutivos à resolução de conflitos que, pela repetição, tornam-se um recurso do qual a criança pode lançar mão durante todo o seu desenvolvimento.

5 CONCLUSÃO

O contexto para a formulação de um modelo sobre um self infantil não foi favorável a Fordham. Nas palavras do próprio autor (FORDHAM, 2006), muitos analistas junguianos questionaram a validade dessa empreitada. Afinal, foi preciso reformular um dos conceitos basais da teoria junguiana e sobre o qual Jung se deteve na maior parte de suas obras sobre as estruturas arquetípicas da psique.

No entanto, e conforme buscou-se elaborar neste artigo, Fordham considerou importante a inclusão do arquétipo self a uma teoria do desenvolvimento para que desde o início da vida a criança pudesse ser avaliada em sua individualidade. Além disso, como Fordham (2006) observou, crianças pequenas vinham sendo analisadas, com sucesso, pela psicanálise. Em especial, pelos autores da escola das relações objetais, como Melanie Klein, David Winnicot e René Spitz.

Como consequência de uma teoria do self primário, a clínica infantil praticada por Fordham possui diferenciais em relação à observação que Jung conduziu a respeito de crianças levadas à sua análise, cujas neuroses seriam reflexos do inconsciente dos pais (MATHIAS, 2012). Com base no que foi explanado até aqui, ainda que de forma sucinta, em primeiro lugar estaria o fato

de que o analista deve sua primeira observação à criança, e não à imagem que os pais têm dela, uma prática difundida entre outras correntes da psicologia no tocante à clínica infantil¹⁵. Tal prática conduzida por Fordham indica a distinção da psique da criança daquela dos pais, uma característica que só um comportamento arquetípico do self poderia a ela fornecer, uma vez que sob sua gerência está a noção de ego. Ainda que de forma instável, seria a partir das sequências de de-integração e integração que o self daria condições ao ego de emergir enquanto função da consciência.

Em segundo lugar, é nessa formação do ego enquanto produto do self que se encontra o papel do analista infantil. Desde o *setting* terapêutico até a conduta do analista perante o paciente tem-se a ênfase na condição propícia para a manifestação de comportamentos arquetípicos, construtivos ou destrutivos, cujo direcionamento é voltado para as questões trazidas pela própria criança. Na base do sofrimento infantil, ainda segundo essa perspectiva, está a ansiedade desenvolvida por um ambiente familiar desprovido de experiências satisfatórias de integração do self. Essas experiências passam pela satisfação das necessidades fisiológicas básicas e de interação (FORDHAM, 2006).

Por fim, ainda que esta conclusão não tenha a proposta de encerrar a reflexão sobre a contribuição de Fordham à psicologia analítica, a noção de self primário enquanto princípio do desenvolvimento da psique, e não como meio para o processo de individuação, faz jus à própria função introspectiva dada a ele por Jung (1991). Como Fordham postulou, a capacidade do self de se fragmentar, entrar em contato com o ambiente e depois absorver as qualidades da experiência tem como meta a introspecção enquanto enriquecimento de repertórios psíquicos. Dessa forma, a trajetória da individuação está sendo cursada a cada vivência.

REFERÊNCIAS

¹⁵ Este é o caso, por exemplo, das entrevistas iniciais que são praticadas no escopo teórico da psicanálise, em que primeiro se tem o contato com os pais.

ALVARENGA, M. Z. Ritos de passagem e dinâmicas da consciência. **Junguiana**, v. 38, n. 1, 2020, p. 183-196. Disponível em: <<https://www.sbpa.org.br/wp-content/uploads/2020/08/revista-junguiana-38.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2021.

BONFATTI, P. **Uma psicologia sine tempore**: Uma análise das concepções de arquétipo, inconsciente coletivo e si-mesmo na teoria de Carl Gustav Jung. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BONFATTI, P. *et al.* **Acerca do conceito de arquétipo na Psicologia Analítica**: breves considerações. *In*: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO E PESQUISA, 4., 2018, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos**... Juiz de Fora: CES/JF, 2018. p. 533 - 48. Disponível em: <<https://seer.cesjf.br/index.php/ANL/article/view/1793/1138>>. Acesso em: 11 out. 2021.

FORDHAM, M. **A criança como indivíduo**. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2006.

JENSEN, F; MULLEN, S. **C.G. Jung, Emma Jung and Toni Wolff: A Collection of Remembrances**. São Francisco: Analytical Psychology Club of San Francisco, 1982.

JACOBI, J. **Complexo, Arquétipo, Símbolo na Psicologia de C. G. Jung**. São Paulo: Cultrix, 1995.

JUNG, C.G. A entrevista face a face. *In*: McGUIRE, W. HULL, R. F. C. **C.J.Jung: Entrevistas e Encontros**. São Paulo: Cultrix, 1977.

JUNG, C.G. **Tipos psicológicos**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

JUNG, C.G. **AION**: Estudos sobre o simbolismo do si-mesmo. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2008a.

JUNG, C.G. **Children's Dreams**. Princeton: Princeton University Press, 2008b.

JUNG, C.G. **Símbolos da transformação**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

JUNG, C.G. **A natureza da psique**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

JUNG, C.G. **A energia psíquica**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

JUNG, C.G. **Jung contra Freud**: The 1912 New York Lectures on the Theory of Psychoanalysis. Princeton: Princeton University Press, 2012.

- JUNG, C.G. **Psicogênese das doenças mentais**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- JUNG, C.G. **Memórias, sonhos, reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- KALFF, D. M. **Sandplay: a psychotherapeutic approach to the psyche**. Cloverdale: Temenos Press, 2003.
- KLEIN, M.; HEIMANN, P.; ISAACS, S.; RIVIERE, J. **Developments in Psychoanalysis**. New York: Routledge, 2018.
- MATHIAS, D. **Sonhos de criança no referencial teórico da psicologia analítica**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- NO REINO das mães. Direção: Leon Hirszman. Produção: Leon Hirszman Produções e Embrafilme. YouTube. 11 mai. 2017. 49 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FxYx4obbARE&ab_channel=VictorFajardo>. Acesso em: 20 out. 2021.
- PEARSON, C.S. **Awakening The Heroes Within: Twelve Archetypes to Help Us Find Ourselves and Transform Our World**. New York: HarperCollins, 1991.
- PIAGET, J. **O Nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- PIERI, P. F. **Dicionário junguiano**. São Paulo: Paulus, 2002.
- PITHON, F. T. **A cerimônia de casamento como rito de passagem**. 2010. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2010.
- SAMUELS, A. **Dicionário crítico de análise junguiana**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- SAMUELS, A. **Jung e os pós-junguianos**. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- SANTOS, N. G. *et al.* A Utilização dos Organizadores da Psiquê de Spitz como Instrumento de Acompanhamento do Desenvolvimento de Crianças. **Rev. Bras. Cresc. Des. Hum.**, v. 2, n. 1, 1991, p. 67-81.
- SEGAL, H. **Introdução à obra de Melanie Klein**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- SILVEIRA, N. **Jung: vida e obra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SOLOMOM, H.M. A escola desenvolvimentista. *In*: YOUNG-EISENDRATH, P.; DAWSON, T. (Ed.). **Compêndio da Cambridge sobre Jung**. São Paulo: Madras, 2011.

SPITZ, R. **O primeiro ano de vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

STEIN, M. **Jung: o mapa da alma**. São Paulo: Cultrix, 2006.

VIEIRA, A. G. **Imagem, símbolo e narrativa na psicologia analítica de C. G. Jung**. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

WINNICOT, D. **Bebês e suas mães**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.